

Opinião

Energia nuclear requer prudência

Compromisso de reduzir emissões reabilita usinas no mundo, mas custo e monopólio podem ser entraves no Brasil

Notas&Informações, O Estado de S.Paulo

24 de novembro de 2021 | 03h00



A recorrência com que crises atingem o setor elétrico no País nos últimos anos tem levantado discussões sobre a melhor forma de garantir o abastecimento e diminuir o risco de apagões e de racionamento. No cenário internacional, a redução das emissões de carbono foi um dos principais assuntos da COP-26, já que o carvão ainda é fonte predominante e responde por 38% da matriz energética mundial.

É nesse contexto que as usinas nucleares têm sido reabilitadas, depois de um quase banimento associado às consequências de um tsunami no Japão que afetou a central de Fukushima, em 2011. A França lidera o debate para classificar a energia como verde, uma forma de ampliar fontes de financiamento e de reagir à dependência do gás que vem da Rússia.

No Brasil, o ministro de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque, não esconde ser um entusiasta da fonte nuclear – ainda que as razões dessa preferência estejam bastante relacionadas a submarinos da Marinha. O tema é relevante e precisa ser avaliado com cautela, não apenas pelas questões relacionadas à segurança, mas principalmente por seus custos.

Relatório da consultoria financeira Lazard sobre o preço da energia nos Estados Unidos mostra que a fonte nuclear está entre as mais caras, até US\$ 204 por megawatt-hora (MWh). Ela supera o valor da eletricidade produzida por usinas eólicas, solares, a gás e a carvão.

No Brasil, a exploração de toda a atividade nuclear é monopólio exclusivo da União, inclusive a produção de energia. O investimento mais recente é Angra 3, projeto que começou em 1984 e que só deve entrar em operação em 2027, a um custo estimado de R\$ 20 bilhões. Para viabilizar novos empréstimos e a retomada de sua construção, paralisada após investigações sobre desvio de recursos, o governo estuda autorizar tarifas até 47% maiores que as de Angra 1 e 2, segundo o Instituto Escolhas.

Agora, Bento Albuquerque anuncia a intenção de incluir uma quarta usina nuclear no Plano Decenal de Expansão de Energia 2031, base para a expansão do parque gerador. O argumento é o de que essas centrais produzem energia firme e proporcionam a recuperação dos reservatórios das hidrelétricas, algo que a intermitência das renováveis não permite. O local ainda não foi escolhido.

Não há dúvidas de que o Brasil precisa ampliar a segurança energética, mas há muitos questionamentos sobre a melhor forma de atingir esse objetivo, até pela diversidade de opções à disposição do

planejamento. É prudente considerar o impacto que esse tipo de decisão pode ter na conta de luz paga pelo consumidor, que já subiu 19,13% neste ano, segundo o IBGE, e 30,27% em 12 meses.

A competição no segmento de energia nuclear poderia, em tese, resultar em preços mais baixos que os praticados pelas empresas estatais. Rever o monopólio constitucional da União e permitir investimentos privados é um debate que o Congresso já poderia ter iniciado. Embora seja uma ótima escolha para países que não têm alternativas, será mesmo a melhor opção para o Brasil diante de seu custo?

Tudo o que sabemos sobre:

França [Europa]

Fukushima [Japão]

Marinha do Brasil

IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]

eletricidade

energia nuclear

usina nuclear

Conferência das Nações Unidas Sobre Mudança Climática

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

DESTAQUES EM OPINIÃO

Aqui jaz a responsabilidade fiscal

O futuro do agro sustentável chegou

Aventureirismo político pode ser evitado
